

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO RURAL -
PLAGEDER

FERNANDO GIVANILDO DOS REIS

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – CONTRIBUIÇÕES AOS
AGRICULTORES FAMILIARES DE SAPIRANGA - RS

SÃO FRANCISCO DE PAULA – RS
2013

FERNANDO GIVANILDO DOS REIS

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – CONTRIBUIÇÕES AOS
AGRICULTORES FAMILIARES DE SAPIRANGA - RS

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural .

Orientador: Prof. Dr. Carlos
Guilherme Adalberto Mielitz Neto
Coorientador: Prof. Me. Irio Luiz Conti

SÃO FRANCISCO DE PAULA – RS
2013

FERNANDO GIVANILDO DOS REIS

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – CONTRIBUIÇÕES AOS
AGRICULTORES FAMILIARES DE SAPIRANGA - RS

Trabalho de conclusão submetido ao
Curso de Graduação Tecnológica em
Desenvolvimento Rural - PLAGEDER,
da Faculdade de Ciências Econômicas
da UFRGS, como requisito parcial para
obtenção do título de Tecnólogo em
Desenvolvimento Rural .

Aprovado com Conceito (_____)

Prof(a). Dr(a). *****

Orientador

UFRGS

Prof(a). *****

UFRGS

Prof(a). Dr(a). *****

Instituição

Cidade local), _____ de _____ de 2013.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às famílias de agricultores de Sapiranga, que com dignidade, comprometimento e união contribuem para o desenvolvimento da sociedade.

Aos professores e tutores, em especial à Maria Eduarda Comin Teixeira pelo incondicional apoio e incentivo neste processo de construção do conhecimento.

Para minha esposa Liane, meus pais João e Nely e meus irmãos Michel e Alexsandro.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos à UFRGS e ao município de São Francisco de Paula pela oportunidade de cursar uma faculdade de alta qualidade e renome.

Aos professores e tutores que nos acompanharam ao longo do curso.

Aos meus grandes amigos e colaboradores Jeferson Reinhardt, Jairo Karavsky e Cintia Sparrenberg Lazário.

Aos companheiros de PLAGEDER, Ademar, Marico B., Marcio V., Jane, Zeila, Sandra, Samuel e à incansável Maria Eduarda. Amizade eterna!

Às famílias de agricultores que prontamente me receberam quando solicitadas à realização das atividades.

Meu especial agradecimento ao Sr. Jair Camilo e ao Sr. André Pinto, que me oportunizaram estagiar em suas propriedades.

Ao secretário da agricultura de Sapiranga Vanderlei Harf e ao Engº. Agrônomo da EMATER Mateus Farias de Mello.

Por derradeiro agradeço a minha esposa Liane pelo estímulo, paciência e compreensão. Aos meus pais, irmãos e demais pessoas que direta ou indiretamente fizeram parte deste processo.

“A verdade mais antiga é que o campo é a mesa do povo”

Xirú Antunes

RESUMO

A agricultura familiar ocupa papel de destaque na economia e sociedade brasileira, seja pela produção de alimentos para o autoconsumo ou para a comercialização, contribuindo à segurança alimentar e nutricional, seja pela sua capacidade de trabalhar sustentavelmente respeitando saberes populares e tradições. O processo de modernização da agricultura iniciado na década de 1960 excluiu estes agricultores do seu plano de ação, pois tinha por intuito a disseminação de tecnologias estrangeiras que visavam a produção em larga escala de commodities agrícolas. Com o subsídio do poder público foram criadas linhas de financiamento que atenderam apenas os grandes produtores vinculados à indústria de alimentos. Como consequência os agricultores familiares foram obrigados a abandonar suas propriedades, pois não tinham como acompanhar os avanços tecnológicos. A criação de políticas públicas para estas populações é de fundamental importância para que estas se desenvolvam de forma digna e tenham seus direitos preservados. O Programa de Aquisição de Alimentos foi elaborado visando a atender alguns objetivos específicos, como o combate à fome e a insegurança alimentar e o fortalecimento da agricultura familiar, que neste caso tem o mercado institucional como principal agente. A proposta deste trabalho é verificar quais as contribuições que o referido programa tem ocasionado aos agricultores familiares fornecedores ao PAA em Sapiranga, no Rio Grande do Sul, pois neste município houve grande migração das populações rurais para o meio urbano, que na busca por melhores salários foram trabalhar na indústria calçadista, principal matriz produtiva da cidade. Para a elaboração deste trabalho foram feitas pesquisas com os agricultores familiares fornecedores e com representantes do poder público municipal e estadual. Diagnosticamos a importância do PAA na formação da renda das famílias agricultoras, assim como as ações criadas em consequência da implantação do programa, como a COOPRAS, cooperativa que agrega estes agricultores familiares, e o crescimento da agricultura orgânica no município.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar, Políticas Públicas, Desenvolvimento Rural.

ABSTRACT

Then family agriculture has a prominent place in the Brazilian society and economy, being by food production to self-consumption or marketing, contributing to the food and nutritional safety, due to their ability to work sustainably respecting popular wisdom and traditions. The agriculture upgrading process, which began in the 1960s, excluded these farmers of their action plan because its purpose was the dissemination of foreign technologies that aimed the large-scale production of agricultural commodities. Funding lines were created with subsidies of power public that just meet the large producers linked to the food industry. As consequence families farmers were obliged to leave their rural properties because they didn't how to follow the technological advances. The creation of public politics for these populations is of fundamental importance for their worthy development and to have their rights protected. The Programa de Aquisição de Alimentos was developed intending to meet some specific goals, as the fight against hunger and food insecurity and the strengthening of the familiar agriculture, which in this case has the institutional market as main agent. The proposal of this work is check what are the contributions that the mentioned program has caused for the familiar farmers suppliers to the PAA in Sapiranga, in State of Rio Grande do Sul, because in this city there was enormous migration of rural population for the urban environment, that looking for a better salary they gone work in footwear industry, the main productive municipal matrix. For preparation this work were made research with suppliers familiar and with representatives of local and state governments, represented by agronomist EMATER. Studies identified that PAA has huge importance in formation of the income to suppliers familiar farmers to the program, and in the same way has been the encourager of actions that contribute the strengthening and development of this rural population, as the COOPRAS, cooperative that aggregates that familiar farmers, and the growth of organic agriculture in this city.

Keywords: Family Farming, Public Policy, Rural Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Posição do município de Saporanga em relação ao COREDE Vale do Sinos.....	31
Figura 2 – Representatividade do PAA na formação da renda das famílias entrevistadas e total de membros por família.....	35
Figura 3 – Recursos federais por ano ao PAA de Saporanga.....	38
Figura 4 – Produção orgânica na propriedade da Família1.....	40
Figura 5 – Processamento dos Produtos na propriedade da Família1.....	41
Figura 6 – Reunião para recadastramento das famílias no PAA.....	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Modalidades do PAA: Modalidade, Fonte de Recursos, Limites, Executor e Forma de Acesso.....	28
Tabela 2 – População de Sapiroanga por tipo de domicílio.....	32
Tabela 3 – Perfil socioeconômico das famílias entrevistadas.....	36
Tabela 4 – Produção para o PAA no ano de 2010.....	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura

COOPRAS – Cooperativa dos Produtores Rurais e Artesãos de Sapiroanga

DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF

DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

FEE – Fundação de Economia e Estatística

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC - Ministério da Educação

MF - Ministério da Fazenda

OMC - Organização Mundial do Comércio

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PIDESC - Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SA – Soberania Alimentar

SAF – Secretaria da Agricultura Familiar

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SDT – Secretaria do Desenvolvimento Territorial

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 OBJETIVOS.....	15
2.1 Objetivo Geral.....	15
2.2 Objetivos Específicos.....	15
3 PROCEDIMENTOS METEDOLÓGICOS.....	16
4 REVISÃO DA LITERATURA.....	19
4.1 Desenvolvimento rural e a agricultura familiar.....	19
4.2 Segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar.....	23
4.3 O Programa de Aquisição de Alimentos.....	27
5 O MUNICÍPIO DE SAPIRANGA.....	30
6 PAA EM SAPIRANGA: ATORES SOCIAIS, AMBIENTE INSTITUCIONAL E CONTRIBUIÇÕES.....	33
6.1 Caracterização socioeconômica dos entrevistados.....	33
6.2 O PAA no município de Saporanga.....	38
6.3 Resultados socioeconômicos.....	42
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS.....	48
APÊNDICES.....	51

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar, historicamente, tem como característica principal a produção de alimentos para o sustento das famílias e a troca ou venda do excedente, garantindo, desta forma, o baixo custo para a subsistência destas.

Com o processo de modernização da agricultura iniciado na década de 1960 e subsidiado pelo poder público, cujos instrumentos de crédito e financiamento eram direcionados para a adoção de novas tecnologias e o estabelecimento da empresa rural, a agricultura familiar foi relegada. Por consequência desta falta de acesso aos subsídios destinados à agricultura empresarial, o pequeno produtor, em muitos casos, acabou tendo que abandonar as atividades rurais. Somente na década de 1990, a agricultura familiar passou a ser mais beneficiada por políticas públicas.

Em Sapiranga, no Rio Grande do Sul, as consequências deste modelo de modernização da agricultura foram vivenciadas a partir da década de 1970, quando grande fluxo de pessoas migrou de regiões como o Vale do Rio Pardo, Missões e Alto Uruguai, todas no RS, para trabalharem na indústria calçadista, que é a principal matriz produtiva do município.

O crescimento deste segmento industrial contribuiu para a diminuição das atividades agrícolas no município, pois ao se deparar com as ofertas de melhores ganhos salariais, grande parte da população rural abandonou o trabalho nas propriedades agrícolas para servir de mão de obra no setor calçadista. Conforme Schneider (1996), o desenvolvimento da indústria coureiro-calçadista teve grande importância nas transformações ocorridas no meio rural da região, juntamente com as dificuldades de comercialização encontradas pelos agricultores junto aos comerciantes.

O crescimento populacional urbano e a oferta de empregos contribuíram para a valorização das terras, o que acabou sendo um atrativo para que os proprietários que não mais produziam nas suas propriedades as vendessem para empreendimentos imobiliários.

Esta conjuntura foi fundamental à queda das atividades agrícolas de produção de alimentos, dando lugar à silvicultura da acácia negra, reduzindo a população rural e do número de propriedades rurais.

A partir da implantação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), modalidade de Compra Direta, no ano de 2009, a agricultura familiar de Sapiiranga vem passando por um processo de mudança de cenário. A abertura deste canal de comercialização garante a geração de renda para os agricultores familiares fornecedores, e, por extensão, contribui com a segurança alimentar e nutricional (SAN) e com a sustentabilidade dos sistemas de produção, bem como, fortalece a identidade cultural e organizacional do grupo de agricultores.

As motivações para a realização deste estudo se justificam a partir da importância da agricultura familiar, seja pelo aspecto econômico ou pelo aspecto sociocultural, e no caso específico de Sapiiranga, entender como o PAA tem contribuído ao desenvolvimento das famílias dos agricultores fornecedores se caracteriza como o problema de pesquisa.

Este estudo está dividido em cinco capítulos além desta introdução, sendo que no segundo capítulo são elencados o objetivo geral e os objetivos específicos; no terceiro capítulo é descrita a forma metodológica utilizada para a elaboração deste trabalho; o quarto capítulo apresenta a revisão da bibliografia, que aborda as transformações no rural brasileiro a partir do processo da modernização da agricultura, assim com a agricultura familiar, a SAN, a soberania alimentar (SA) e o PAA; o quinto capítulo apresenta o município de Sapiiranga, enquanto o sexto capítulo traz o resultado e a discussão da pesquisa, abordando a forma como o referido programa foi implantado no município, como têm sido o processo de gestão do mesmo e os resultados alcançados. Por fim, no sétimo capítulo são feitas as considerações sobre o que foi pesquisado, seguido das referências e dos anexos.

2 OBJETIVOS

Os objetivos arrolados neste Trabalho de Conclusão de Curso estão subdivididos em geral e específicos, conforme seguem abaixo.

2.1 Objetivo Geral

É objetivo geral da pesquisa, analisar as contribuições do PAA, na modalidade Compra Direta, para oito agricultores familiares fornecedores envolvidos com este programa no município de Sapiranga.

2.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar oito famílias de agricultores familiares que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos;
- b) Avaliar a relação das oito famílias de agricultores familiares fornecedoras com o Programa de Aquisição de Alimentos;
- c) Apontar alguns resultados econômicos e sociais das ações desenvolvidas a partir da implantação do Programa de Aquisição de Alimentos;

3 PROCEDIMENTOS METEDOLÓGICOS

Conforme Gerhardt e Silveira (2009), a busca de resposta sobre um determinado assunto é a motivação que leva à pesquisa, que sendo científica, pode ser motivada por razões intelectuais, ou seja, ampliação do conhecimento, ou, por razões práticas, que levem ao aprimoramento operacional do tema pesquisado. Segundo Cartoni (2011, p. 11), “o conhecimento científico pode ser definido como conhecimento racional e sistemático da realidade”, e está constantemente em construção, transformando o homem em um ser dotado de sabedoria e senso crítico.

Para a realização de um trabalho científico é necessário que exista uma metodologia de pesquisa, que tem a função de apontar o caminho a ser seguido. Sobre a metodologia, Cartoni (2011, p. 13) escreve:

Não determina uma única via, mas busca apresentar os caminhos possíveis do processo científico, como problematizar criticamente, indagar sobre os limites da ciência, e estabelecer um padrão de inteligibilidade na apresentação da pesquisa.

Para Fonseca (2002), citado por Gerhardt e Silveira (2009, p. 12), “metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo [...]”. Gerhardt e Silveira (2009, p. 13) complementam:

A metodologia se interessa pela validade do caminho escolhido para se chegar ao fim proposto pela pesquisa; portanto, não deve ser confundida com o conteúdo (teoria) nem com os procedimentos (métodos e técnicas). Dessa forma, a metodologia vai além da descrição dos procedimentos (métodos e técnicas a serem utilizados na pesquisa), indicando a escolha teórica realizada pelo pesquisador para abordar o estudo.

Este trabalho tem abordagem qualitativa, pois busca compreender os desdobramentos sociais e econômicos ocasionados para os agricultores familiares fornecedores ao PAA em Sapiranga. Conforme Gerhardt e Silveira (2009, p. 32), “a pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.”. Sobre a abordagem quantitativa, Cartoni (2011, p. 29) “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las”.

O estudo exploratório foi utilizado como forma de alcançar os objetivos deste trabalho. Para isso foram realizadas pesquisas bibliográficas baseando-se em autores estudados no PLAGEDER como Mielitz Netto, Miele, Schneider, Maluf, Menezes, Kageyama, Conterato, Fillipi, Almeida, Conti, entre outros. Para obtenção de dados, informações e opiniões sobre o PAA no município foram entrevistados gestores públicos municipais, agricultores familiares fornecedores ao PAA e o Eng^o. Agrônomo da EMATER que forneceu material para a pesquisa documental.

A forma semi-estruturada foi utilizada na entrevista com o representante do poder público municipal, realizada com o secretário da agricultura que também é agricultor familiar e fornecedor ao PAA, enquanto com o agrônomo houve uma conversa informal em uma propriedade onde estava sendo entrevistado o agricultor familiar fornecedor, e uma entrevista na sede da EMATER.

Foram entrevistados de forma semiestruturada oito agricultores familiares fornecedores ao PAA, número que representa 5,71% do total dos fornecedores, sendo que estão identificados no estudo como Família 1, Família 2, Família 3, Família 4, Família 5, Família 6, Família 7 e Família 8. Para se ter uma visão ampliada da representatividade do PAA para os agricultores participantes, os selecionados são de diferentes localidades do município, e o contato se deu através do secretário municipal da agricultura, que indicou algumas das famílias que participam desde o início do programa e que poderiam contribuir sem objeções.

Recorreu-se ao secretário municipal da agricultura em função da sua credibilidade junto aos agricultores familiares, pois este também é agricultor familiar fornecedor ao programa e membro da cooperativa. Esta condição facilitou o acesso às demais famílias entrevistadas e deu maior credibilidade e confiança às entrevistas, que duraram dez dias. A principal dificuldade foi agendar as visitas, pois o contato tinha que ser feito por telefone celular e a localização das propriedades não tem boa cobertura de sinal da telefonia móvel.

As entrevistas foram realizadas nas propriedades das famílias dos agricultores durante o mês de abril de 2013, ocorrendo sempre ao final da tarde da data agendada em função das atividades dos entrevistados, e, em média, o tempo de duração foi de 1h20min.

No início os agricultores estavam com certo receio em responder. Queriam saber se precisariam passar alguma informação referente aos seus rendimentos. Percebeu-se que este é um aspecto que poderia interferir no desenvolvimento da coleta dos dados, mas a partir da apresentação da proposta do estudo, os agricultores foram bastante receptivos.

Foram percorridos cerca de 200 km durante todo o processo das entrevistas, havendo propriedades localizadas a cerca de 30 km do centro urbano de Sapiranga.

A análise dos dados coletados contemplou aspectos qualitativos, pois se buscou identificar as características de Sapiranga, no âmbito de suas transformações socioeconômicas ao longo do seu processo de formação e os reflexos disto para a agricultura familiar. Também buscou-se determinar o perfil rural atual do município, verificando a estrutura das famílias de agricultores e das propriedades, a forma de organização dos agricultores e os desdobramentos socioeconômicos do PAA.

Os roteiros de entrevistas utilizados nesta monografia encontram-se nos apêndices, e foram elaborados para atender aos objetivos específicos. O primeiro roteiro, destinado aos agricultores familiares fornecedores, foi elaborado com o intuito de conhecer o perfil das famílias, tamanho de propriedade, forma de produção, representatividade do PAA na formação da renda familiar, itens fornecidos ao PAA, opinião sobre a forma comercialização do PAA, entre outros. O roteiro destinando aos órgãos públicos tem por objetivo compreender como se processou a implantação do PAA em Sapiranga, quais as dificuldades, qual a importância do PAA para a SAN no município de Sapiranga, entre outros.

4 REVISÃO DA LITERATURA

4.1 Desenvolvimento rural e a agricultura familiar

O meio rural não está restrito ao ato de plantar e colher. Ao contrário, é muito complexo, composto por diversos balizadores como tecnologia, meio ambiente, crédito, forma de posse e utilização da terra, relações sociais e de trabalho, comercialização, políticas públicas, entre outros. Conforme Conterato e Fillipi (2009), o desenvolvimento rural no Brasil deve ser estudado a partir da regionalização do seu território em função de suas características. Para Kageyama (2003), o desenvolvimento rural pode ser interpretado como um conjunto de forças internas e externas à região, onde há um inter-relacionamento entre redes locais e externas. Cada região e localidade possuem especificidades que demandam ações específicas. Conforme Mielitz et al (2010, p.10):

No Brasil, as questões agrária e agrícola aparecem multifacetadas e demandam uma infinidade de políticas públicas, algumas com ações pontuais direcionadas a produtos ou a grupos populacionais específicos, ou ainda a regiões específicas. Outras, de caráter macro, tentam alcançar o maior número de beneficiários nas diversas regiões do país.

O desenvolvimento rural no Brasil está ligado diretamente a questões políticas e econômicas que acabaram por criar dois modelos distintos: o patronal e o familiar. Segundo Conterato e Fillipi (2009), o modelo patronal voltado ao agronegócio exportador surgiu na década de 1970 quando foram adotados os pacotes da Revolução Verde, enquanto o modelo familiar surgiu na década de 1990 a partir dos movimentos sociais rurais ligados a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

A formação destes dois modelos de agricultura está diretamente ligada ao processo de modernização da agricultura, onde o Estado foi fundamental, seja pelo aspecto econômico, vinculado diretamente ao modelo patronal, ou pelo aspecto social, atendendo a demandas dos agricultores familiares. Tal processo visava ampliar as exportações agroindustriais, e para isso foram criadas políticas públicas, principalmente no governo militar, que subsidiavam o crédito, concediam isenções e transferiam patrimônio fundiário público. Sobre o crédito explicam Almeida e Gerhardt (2010, p. 21):

Tal crédito cresceu exponencialmente a partir da década de 1970 e representou a fonte principal de recursos para a compra de insumos e máquinas agrícolas. Com acesso facilitado ao crédito, os produtores puderam beneficiar-se com as novas tecnologias criadas nos países de capitalismo avançado, com as sementes híbridas e os novos defensivos agrícolas, tornando-se partícipes daquilo que se convencionou chamar de Revolução Verde. É verdade que tal disponibilidade de recursos seguiu a lógica da concentração, pois caiu nas mãos de um pequeno número de proprietários, reproduzindo e acirrando a dinâmica de conflito no campo.

A agricultura moderna modificou a base técnica dos meios de produção, mas estas transformações beneficiaram determinada parcela dos produtores, “pois as políticas de desenvolvimento rural[...], são eivadas de desigualdades e privilégios” (BALSAN, 2006, p.3). Sobre as transformações produtivas ocorridas como consequência destas políticas, escrevem Almeida e Gerhardt (2010, p.20):

Todos esses insumos incorporados levaram ao aumento da produção, com a consequente transformação do país em um dos maiores produtores de gêneros agrícolas, tanto para abastecimento das grandes cidades, em um momento de expansão do território urbano, quanto para a exportação, alcançando alguns produtos, como a soja, preços antes inimagináveis no mercado internacional.

Este processo também causou “efeitos perversos” para o meio rural, principalmente para os pequenos agricultores e trabalhadores rurais, que acabaram migrando para áreas urbanas. Segundo Palmeira (1989 apud ALMEIDA e GERHARDT, 2010, p. 20):

[...] a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de autoexploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo.

As formas de produção da agropecuária são transformadas para atingir os objetivos da Revolução Verde, e seus reflexos tem amplo alcance, tanto na área produtiva quanto na econômica, social e ambiental. Sobre isto escreve Balsan (2006, p. 2):

Emergem[...], novos objetivos e formas de exploração agrícola originando transformações tanto na pecuária, quanto na agricultura. Como consequências do processo são apontados, além da acirrada concorrência no que diz respeito à produção, os efeitos sociais e econômicos sofridos pela população envolvida com atividades rurais.

Segundo Mielitz et al (2010), a modernização, mesmo aumentando a produção e transmitindo a noção de crescimento, diminuiu a autonomia do

agricultor e limitou a sua capacidade de decisão em função da dependência de fatores externos à propriedade, como fornecedores de insumos, processadores e distribuidores, ou seja, os agricultores passaram a produzir o que é especificado pelo setor industrial. Ainda sobre este processo os autores explicam:

A modernização da agricultura no Brasil ocorre em concomitância com o surgimento dos complexos agroindustriais. E, como nunca houve uma perspectiva de desenvolvimento rural integrado, grandes parcelas de agricultores brasileiros sofreram apenas os efeitos negativos desta modernização, sendo deixados à margem do processo e tendo que enfrentar, além disso, as conseqüências trazidas pelo aumento de produção e de concorrência nos mercados agrícolas (MIELITZ et al., 2010, p. 35).

Para Conterato e Fillipi (2009), houve uma deterioração das condições de reprodução social no meio rural. A agricultura familiar, marginalizada neste processo, só veio a ser beneficiada com políticas públicas a partir da década de 1990, conduzidas pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), e pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT), órgãos vinculados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), onde a cidadania das populações rurais passou a ser a meta principal destas ações. Para estes autores:

[...] a legitimação da noção de agricultura familiar se inscrevia na luta por crédito, pela reforma agrária e por outras bandeiras que permitissem garantir condições de produção para uma categoria social que aos poucos foi sendo reconhecida como a mais disseminada no meio rural. [...] A ampliação de leque de ações de planejamento e intervenção por parte do Estado deve-se ao reconhecimento político da diversidade dos formatos assumidos pelo desenvolvimento rural, que passa, sim, pela afirmação de direitos sociais mínimos, mas, também, pelo reconhecimento e pela potencialização de demandas específicas, porém não menos importantes, como é o caso do debate sobre segurança alimentar e nutricional e sobre as ações de desenvolvimento dos territórios rurais. Isso implica o reconhecimento de que a análise do desenvolvimento rural no Brasil não passa exclusivamente pela análise da agricultura, seja ela familiar, seja patronal (CONTERATO; FILLIPI, 2009, p.14).

Na década de 1990 o debate sobre o desenvolvimento rural é norteado por diversos fatores que “foram de fundamental importância na construção de uma nova visão sobre o significado do desenvolvimento rural [...]” (SCHNEIDER, 2008, p.4), onde a agricultura familiar é considerada o principal tema de discussão em função da sua potencialidade econômica, social, produtiva e sustentável. Complementa o autor:

Por certo, tanto a agricultura familiar como os agricultores que hoje são assim denominados sempre existiram, e não se trata de uma novidade. Mas é mister reconhecer que foi na primeira metade da década de 1990 que esta

noção se firmou como uma categoria política, sendo em seguida assimilada por estudiosos e por formuladores de políticas, o que lhe confere atualmente uma extraordinária legitimidade a tal ponto de se constituir como referência em oposição a outras noções igualmente poderosas, como a de agronegócio, por exemplo (SCHNEIDER, 2008, p.4).

A agricultura familiar caracteriza-se pela propriedade dos meios de produção e execução do trabalho produtivo na propriedade, conferindo-lhe autonomia para que garanta a subsistência familiar imediata, “isto é, o atendimento às necessidades do grupo doméstico, e a reprodução familiar pelas gerações subseqüentes” (WANDERLEY, 1996, p. 3). Complementa a autora:

[...] as relações no interior da família camponesa tem como referência o horizonte das gerações, isto é, um projeto para o futuro. Com efeito, um dos eixos centrais da associação camponesa entre família, produção e trabalho é a expectativa de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo a esta, as condições de sua sobrevivência (WANDERLEY, 1996, p. 4).

No contexto da estabilidade econômica atingida pelo Brasil na década de 1990 a agricultura familiar ganha espaço enquanto força política, ocorrendo diversas ações para alcançar a sua legitimação. Neste período também há uma grande produção de estudos relacionados ao desempenho e potencialidades da agricultura familiar que serviram para definir o perfil e o papel dentro da economia, como provedora do abastecimento interno do país, diferenciando-a da agricultura patronal, que visa o agronegócio. Esses fatos foram fundamentais na elaboração de políticas para o desenvolvimento rural.

O Estado passa a executar ações que vão de encontro aos anseios dos agricultores familiares, como a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criação do MDA, a legitimação da reforma agrária, o combate às formas degradantes de trabalho no meio rural, a regularização fundiária, ajuda às comunidades tradicionais, etc.

A questão da sustentabilidade também ganha força no debate sobre o desenvolvimento rural, pois as metodologias da Revolução Verde vinham sendo criticados desde os anos 1980 (SCHNEIDER, 2008). Este é um tema que está diretamente relacionado ao desenvolvimento rural como forma de minimizar a degradação ambiental gerada pelo modelo empresarial agrícola. A sustentabilidade na agricultura seria atingida através da biotecnologia como forma de combater as dificuldades impostas pelas barreiras biológicas, não interferindo no meioambiente,

sendo que outra forma seria “através da harmonização das atividades agrícolas com as qualidades do meio. [...] Este modelo, preocupa-se com os aspectos tecnológicos e com os componentes econômicos e sociais dos agroecossistemas.” (MENEGHETTI, s/d, p. 14).

A agricultura familiar tem condições de melhor produzir de forma sustentável em função da organização dos sistemas produtivos e da sua lógica econômica que direciona a uma melhor gestão dos recursos naturais (MENEGHETTI, s/d).

4.2 Segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar

A alimentação sempre foi um tema relevante para a humanidade. A SAN tem ganhado espaço nas agendas políticas e nas manifestações dos movimentos sociais dada a sua importância. No contexto deste trabalho a SAN e a soberania alimentar tem representatividade por estarem diretamente ligadas a agricultura familiar, seja pelo aspecto da produção para subsistência ou pela comercialização do excedente. O conceito da SAN para a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), citado por CONTI (2009, p.19) é:

A garantia, a todos, de condições de acesso à alimentos básicos, de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo assim para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa, com preservação das condições que garantam uma disponibilidade de alimentos à longo prazo.

Conforme Maluf et al. (2000), no pós Primeira Guerra Mundial o termo Segurança Alimentar começou a ser utilizado, onde as nações européias perceberam que um país poderia ser dominado a partir do controle do abastecimento de alimentos. Assim, a garantia da soberania de uma nação está ligada a sua capacidade de autosuprimento, sendo que a formação de estoques estratégicos de alimentos tem papel fundamental. Segundo Belik (2003 apud SANTOS, 2009, p. 2), “o conceito surge a partir da Segunda Guerra Mundial quando grande parte da Europa estava devastada e sem condições de produzir seus alimentos. [...] tem três aspectos fundamentais: quantidade, qualidade e regularidade [...]”. O autor também enfatiza que fatores como renda, desvios, monopólios e conflitos internos podem interferir no acesso aos alimentos ainda que haja disponibilidade destes.

Conforme Conti (2009), diversas ações foram desenvolvidas para a construção e compreensão da SAN, como a criação, em 1940, da FAO; a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) em 1948 e a incorporação a esta do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), que no artigo 25 confere a todo ser humano o direito alienável à alimentação; a promulgação do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) em 1966, que no seu artigo 11 torna explícito o direito de toda pessoa estar livre da fome e ter acesso a alimentação adequada. A I Conferência Mundial de Segurança Alimentar, promovida pela FAO em 1974 fortaleceu a concepção desenvolvida no pós I Guerra Mundial, e estimulou o aumento da produção agrícola com vistas a aumentar o estoque mundial e a atender a crescente demanda mundial por alimentos em função do aumento populacional. Sobre isso escreve o autor:

Em consequência desta 'guinada de rumos' internos na FAO, diminuiu a ênfase no Direito Humano à Alimentação associado à Segurança Alimentar e acentuou-se o estímulo ao que se convencionou chamar de "Revolução Verde", com o intuito de aumentar os estoques mundiais de alimentos, mediante a produção agrícola de alimentos em escala, baseada na mecanização e no uso intensivo de produtos químicos e agrotóxicos que se expandiu rapidamente nas décadas subseqüentes (CONTI, 2009, p. 18).

No Brasil o problema da fome não está relacionado com a falta de alimentos, mas, sim, com a má distribuição, pois anualmente cresce a produção e exportação destes. Aos poucos, novos conceitos são incorporados à Segurança Alimentar, como a qualidade dos alimentos, o direito à informação, a autonomia sobre as decisões sobre produção e consumo, respeito às tradições culturais e aos hábitos de consumo, preocupação ética com as gerações atuais e futuras e o manejo dos recursos naturais de forma sustentável em toda cadeia alimentar (CONTI, 2009). Conforme Coelho-de-Souza et al (2011), essa nova concepção compreende a SAN como um tema multidisciplinar e que deve estar nas pautas políticas. Também deve-se entender que a superação da fome está diretamente ligada a SAN, assim como o combate à pobreza, sendo estes, temas associados ao desenvolvimento rural. Complementam os autores: "A partir desse novo olhar, a fome passou a ser um dos temas transversais, objeto de políticas intersetoriais em todas as esferas que compõem o Estado e nos diferentes âmbitos da sociedade brasileira." (COELHO-DE-SOUZA et al, 2011, p. 80). Conforme Triches e Schneider (2010), as políticas públicas formuladas a partir da SAN têm como conceitos o componente alimentar,

relacionado à produção, disponibilidade, comercialização e acesso ao alimento; e o conceito de componente nutricional, vinculado às práticas alimentares e utilização biológica dos alimentos. Os autores entendem que:

Ambos os componentes propõem um modelo de produção e consumo de alimentos mais sustentável, que aproxime a produção de pequenos agricultores familiares e o consumo de alimentos, contribuindo para a reconexão da cadeia alimentar e de uma relação mais estreita entre campo e cidade (TRICHES e SCHNEIDER, 2010, p. 934).

Especialmente a partir dos anos 1990 a SAN incorporou vertentes do desenvolvimento rural, envolvendo temáticas como inovação e sustentabilidade, reconhecidas na agricultura familiar como dinamizadoras de economias locais, agregando valor aos seus produtos e gerando renda. De acordo com essa abordagem, a produção diversificada para autoconsumo e a comercialização dos excedentes abastecendo feiras locais, o que aproxima produtores e consumidores, contribui para sustentabilidade social, econômica e ambiental (COELHO DE SOUZA et al, 2011).

Segundo Coelho-de-Souza et al (2011), a SAN atingiu um importante estágio no seu processo de institucionalização a partir do conjunto de políticas, programas e ações que culminaram na promulgação da Lei nº 11.346/2006. Esta Lei define que:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006a, art. 3º).

A potencialização da agricultura familiar a partir SAN configura-se como um importante instrumento para garantir a soberania alimentar, pois as ações em torno da SAN, intrinsecamente, contemplam elementos que compõem o conceito da soberania alimentar, como o direito à alimentação de qualidade, sustentabilidade, fortalecimento das cadeias produtivas locais, entre outros. Conforme Campos & Campos (2007 apud SANTOS, 2009) a soberania alimentar começa a ser debatida na década de 1990, tendo como objetivo o redirecionamento da agricultura e da produção de alimentos, pois os movimentos sociais discordavam das políticas agrícolas neoliberais impostas por organismos como OMC e Banco Mundial aos governos dos países. Estas políticas estavam alicerçadas no modelo produtivista da Revolução Verde, que aumentou a produção de alimentos, mas não acabou com a fome no Mundo. Conti (2009, p. 28-29) escreve que “30 conglomerados

transnacionais controlam a maior parte da produção, industrialização e comércio agrícola mundial, [...] 10 detém 67% das patentes de sementes e fertilizantes e uma [...] detém 86% das sementes transgênicas [...]”. Para o autor, um país ou região só é soberano quando pode decidir livremente sobre sua política econômica, social, ambiental e cultural, e a alimentação é um dos elementos que compõe esta soberania. Conforme o autor:

A soberania alimentar é o direito de um povo e de uma nação de decidir sobre suas políticas estratégicas, bem como suas formas e condições de produzir, comercializar e consumir seus alimentos. Ela implica que o Estado, em todos os seus níveis de governo, empreenda esforços no sentido de respeitar, proteger e garantir a autonomia dos povos em toda cadeia alimentar. Igualmente requer que as políticas internas de SAN sejam planejadas e executadas de modo a garantirem a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e que cada povo tenha seu direito de preservar seus modos tradicionais de produção alimentar e seus hábitos e práticas alimentares. (CONTI, 2009, p. 29-30).

Segundo Maluf (2000 apud SANTOS, 2009, p. 4), “esse conceito destaca a importância da autonomia alimentar dos países e está associado à geração de emprego dentro do mesmo, assim como, à menor dependência das importações e flutuações de preços do mercado internacional.”. O objetivo da soberania alimentar é remodelar o atual modelo de produção, comercialização e acesso aos alimentos, onde o direito à alimentação, acesso aos recursos, produção sustentável, fortalecimento dos mercados e circuitos de comercialização locais, sejam priorizados para que desta forma contribuam para diminuir o problema da escassez de alimentos, além de servir como instrumento de análise dos fenômenos e dos problemas da agricultura e da fome no mundo contemporâneo (SANTOS, 2009). A soberania alimentar é fortalecida a partir do momento em que as peculiaridades de cada povo são respeitadas, e a participação das populações no processo de construção das diretrizes é fundamental. Conforme Conti (2009, p.30):

A Soberania Alimentar consiste também no direito de todos os povos participarem das decisões políticas de seu país no que se refere à produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos, a fim de que toda a cadeia alimentar esteja em sintonia com os princípios e diretrizes dos direitos humanos de cada povo, num profundo respeito à diversidade cultural e diferentes modos de vida. Pois, cada sociedade constrói historicamente seu modo de vida, cujas tradições e práticas alimentares se constituem em um de seus patrimônios culturais e favorecem para que as pessoas se reconheçam como integrantes do mesmo tecido social de cada povo.

4.3 PAA – Fortalecimento da agricultura familiar e da segurança alimentar

A comercialização de produtos da agricultura familiar no Brasil via mercado institucional é um processo recente. As primeiras experiências partiram de ações de governos estaduais e municipais, que tinham por objetivo o incentivo às atividades desta classe, mas na grande maioria dos casos acabaram sendo interrompidas (SCHIMITT; GUIMARÃES, 2008). Conforme Becker et al. (2011, p. 2), “[...] os mercados institucionais possuem um elevado potencial para a emergência de novos atores sociais, uma vez que sua operação exige uma significativa concentração social, advinda da necessidade da efetiva participação de todos os implicados [...]”.

As iniciativas do governo brasileiro em torno das políticas de SAN acabaram por aumentar os investimentos públicos em iniciativas de assistência alimentar e, conseqüentemente, à ampliação das aquisições públicas de alimentos, e neste contexto o PAA foi criado em 02 de julho de 2003 pela Lei 10.696, tendo a finalidade de incentivar a agricultura familiar, e compreende ações vinculadas à formação de estoques estratégicos e à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar. O programa é destinado para agricultores familiares que se enquadrem no PRONAF, dispensando o uso de licitações desde que os preços não sejam superiores aos praticados nos mercados regionais. As regras do PAA são definidas por um grupo gestor formado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), MDA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério da Fazenda (MF) e Ministério da Educação (MEC), sendo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) o órgão responsável pelas operações do programa (D’AVILA; ROVERSI, 2010). Esta intersetorialidade tem por objetivo reforçar os compromissos pela erradicação da fome e da pobreza (COSTA; PASCAL, 2006).

O PAA foi criado a partir do Programa Fome Zero (D’AVILA; ROVERSI, 2010), e integra duas políticas ao mesmo tempo, política agrícola e política de segurança alimentar e nutricional, “pois atua na comercialização da produção e na distribuição dos alimentos às populações atendidas por programas sociais e do Estado” (SCHNEIDER et al., 2007, p. 2).

Atualmente são cinco as modalidades do PAA, que basicamente tem os recursos oriundos do poder público federal. Na Tabela 1 estão relacionadas as modalidades e suas características.

Tabela 1 - Modalidades do PAA: Modalidades, fonte de recurso, limites, executor e forma de acesso

Modalidades	Fonte de Recurso	Limites	Executor	Forma de Acesso
Compra Direta	MDS/MDA	R\$ 8.000,00	CONAB	Individual, cooperativa e associação
Formação de Estoque	MDS/MDA	R\$ 8.000,00	CONAB	Cooperativa e Associação
Compra Direta c/ Doação Simultânea	MDS	R\$ 4.500,00 – Individual R\$ 4.800,00 – Cooperativa/ Associação	CONAB, Estados e Municípios	Individual, cooperativa e associação
Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	MDS	R\$ 4.000,00 por semestre	Estados do Nordeste e Norte de Minas Gerais	Individual, cooperativa e associação
Compra Institucional	Recursos do proponente	R\$ 8.000,00	O próprio proponente	Cooperativa e Associação

Fonte: MDA, 2013.

A modalidade de Compra Direta tem por objetivo a aquisição de produtos da agricultura familiar quando os preços praticados pelo mercado estão muito baixos, o que prejudicaria os rendimentos destes agricultores, ou quando há demanda de alimentos por parte das populações em condições de insegurança alimentar.

Conforme Schimitt et al. (2008), um aspecto importante do programa é a permissão para que as aquisições sejam feitas com os preços sendo formados a partir das características regionais de mercado e da agricultura familiar. Com isso, o PAA fortalece os agricultores familiares participantes do programa, pois os preços eram formados com base na Política de Garantia de Preços Mínimos, criada em 1945 e reestruturada na década de 1960, que utilizava mecanismos universais para formação do preço, atendendo, oficialmente, ao conjunto dos produtores rurais, mas, na verdade, submetendo todos eles aos mesmos tipos de exigências na hora da comercialização, beneficiando na maioria das vezes os médios e grandes produtores.

Segundo Zimmermann (2007 apud RODRIGUES, 2011) as avaliações do PAA indicam um programa inovador que tem contribuído com a alteração da matriz produtiva dos agricultores familiares, favorecendo o consumo pelas famílias menos

capitalizadas. A recuperação dos preços pagos aos produtores e a organização e o planejamento na oferta de produtos pelas entidades que representam os agricultores/pescadores do programa, também é apontado como um benefício indireto.

O PAA garante renda para os produtores familiares, atuando na compra direta dos produtos a preços justos, regulando os preços praticados pelo mercado e garantindo o acesso aos alimentos por parte de populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Sendo assim, constitui-se em um importante instrumento de desenvolvimento local. É uma estratégia do Governo Federal de criação de mercados institucionais de alimentos voltados para a agricultura familiar (D'AVILA; ROVERSI, 2010).

5 O MUNICÍPIO DE SAPIRANGA

Sapiranga está localizada no Vale do Rio dos Sinos (Figura 1), distante 52 km da capital Porto Alegre, às margens da rodovia RS 239, que pode ser acessada via BR116, RS 020 ou RS 115. Conforme o IBGE, a emancipação ocorreu em 28 de fevereiro de 1955; a área total é de 138 Km² e a população em 2010 era de 74.985 habitantes, onde 72.286 habitam a zona urbana e 2.699 a zona rural, sendo que nesta há 1.431 homens e 1.268 mulheres. Conforme a FEE (2013), a expectativa de vida no município é de 73,82 anos, enquanto a taxa de analfabetismo é de 3,91% e o PIB per capita em 2010 era de R\$ 18.330,00. Há quatro versões para a origem do nome, sendo que a mais aceita pela comunidade vincula o nome com a fruta araquá-pyranga, espécie que foi abundante na cidade, e que na língua indígena significa “fruta vermelha” (FLECK, 1994).

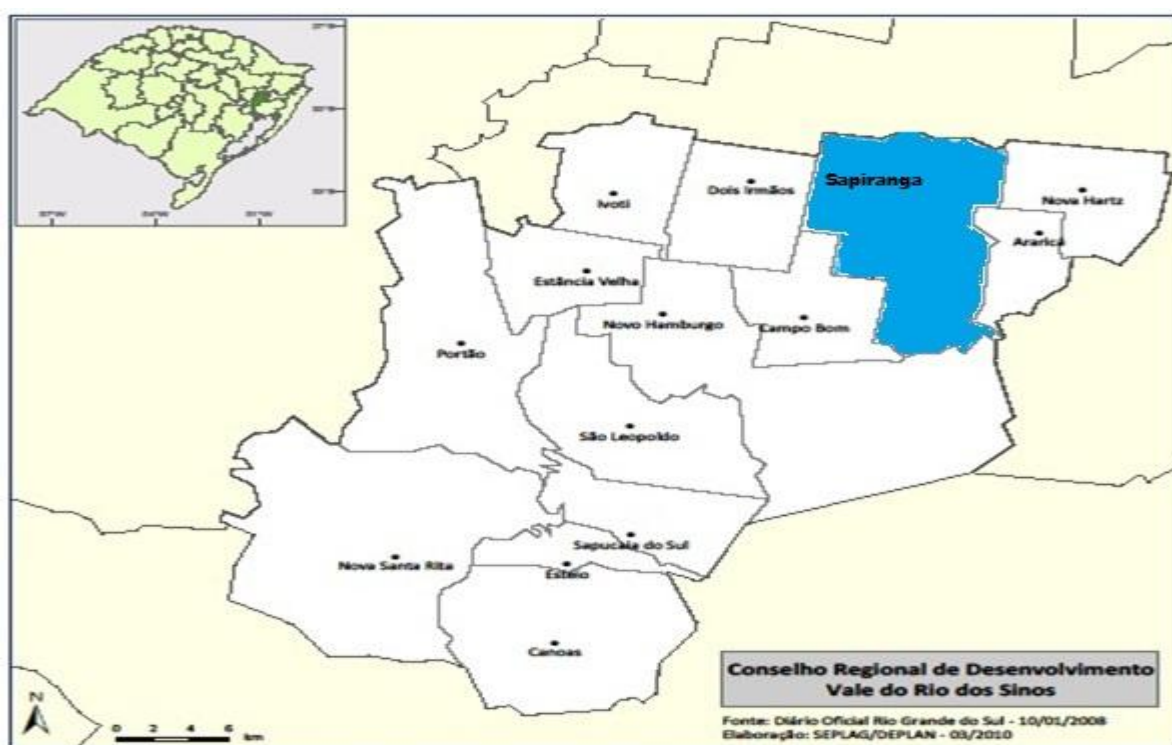
Conforme Fleck (1994), a área geográfica de Sapiranga situa-se nas terras que formavam a sesmaria Padre Eterno. Esta pertencia à freguesia da Aldeia dos Anjos, de Porto Alegre, até 1846, quando foi criado o município de São Leopoldo e a incorporou. Durante o processo de colonização do município pelos imigrantes alemães, a partir de 1845, deu-se o início da derrubada da mata para o desenvolvimento das culturas de mandioca, batata, feijão, arroz, entre outros. A agricultura desenvolveu-se satisfatoriamente até 1945, quando começa a ocorrer queda na produtividade das lavouras, e não havendo novas áreas de mata que pudessem ser desmatadas e a indústria coureiro-calçadista iniciava seu período de desenvolvimento, acaba ocorrendo à troca da matriz produtiva, que foi fundamental da diminuição das atividades agrícolas e o crescimento urbano do município. Sobre a trajetória do desenvolvimento da indústria coureiro-calçadista no Rio Grande do Sul, Schneider (1996, p.10) escreve:

[...] podem ser identificadas, basicamente, duas fases distintas. A primeira vai de 1890 a 1930 e é o período em que o artesanato do couro-calçado, apesar de pulverizado e praticado em pequenos ofícios rurais, conseguiu se autonomizar em relação às demais formas de artesanato rural. A segunda fase vai de 1930 a 1970 e representa um período de rápido crescimento das atividades ligadas ao artesanato do couro-calçados. Cresceu o número de estabelecimentos (em 1950 havia 471 e em 1960 havia 570 estabelecimentos de calçados no RS) e aumentou a ocupação de pessoal em cada unidade.

Sobre as transformações ocorridas no núcleo familiar rural a partir do desenvolvimento da indústria coureiro-calçadista no Vale do Sinos e das dificuldades de comercialização dos produtos, Schneider (1996, p.14) escreve:

A sujeição do colono às regras comerciais, como preços, condições de pagamento, quantidades adquiridas, conduzia a uma constante transferência de valor da unidade produtiva agrícola. O agravamento dessa situação acabou por minar as formas tradicionais de reprodução do núcleo familiar, levando os membros da família rural a buscarem seus rendimentos em atividades extra-agrícolas, sobretudo através do assalariamento nas indústrias do setor coureiro-calçadista, e à reorganização dos processos produtivos através da emergência da acaciocultura. A partir da década de 80, a acaciocultura, silvicultura da acácia-negra, conquistou rapidamente um lugar de destaque na agricultura familiar da região e passou a ser a principal cultura comercial dos colonos.

Figura 1 - Posição do município de Saporanga em relação ao COREDE¹ Vale do Sinos.



Fonte: SEPLAG, 2012.
Adaptação: Autor.

Os diversos fatores que contribuíram para as mudanças no meio rural em Saporanga tiveram reflexo no tamanho da população rural do município, que teve diminuição de 46,72% no número de habitantes entre 1970 e 2010. Sobre este

¹ COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento. Criados oficialmente pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994, são um fórum de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional. <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=631>.

processo migratório ocorrido no meio rural brasileiro, Balsan (2006) entende que é resultado de uma série de fatores como a decadência da economia rural, endividamento dos agricultores, queda nos preços agrícolas, diminuição das áreas rurais, falta de uma legislação trabalhista que atendesse os interesses os agricultores, entre outros. Na Tabela 2 é possível verificar que a partir da década de 1970 o crescimento da população total de Sapiranga está diretamente relacionado com a população urbana. Consequência do desenvolvimento da indústria calçadista. No mesmo período, a população rural foi diminuindo, para no ano de 2010 representar 3,60%.

Tabela 2 - População de Sapiranga por Tipo de Domicílio

Ano	População Total	População Urbana	%	População Rural	%
1970	16.402	11.336	69,11	5.066	30,89
1980	37.288	30.776	82,54	6.512	17,46
1991	58.675	52.907	90,17	5.768	9,83
2000	69.189	65.785	95,08	3.404	4,92
2010	74.985	72.286	96,40	2.699	3,60

Fontes: IPEADATA, 2010. IBGE, 2013.

Adaptação: Autor.

Conforme o IBGE (2013), a produção agrícola de Sapiranga a partir do ano de 2009 concentrou-se nos seguintes itens: banana, caqui, figo, goiaba, laranja, limão, mamão, manga, pêssigo, tangerina, uva, alho, amendoim, arroz, batata doce, batata inglesa, cebola, feijão, mandioca, melancia, melão, milho e tomate.

6 PAA EM SAPIRANGA: ATORES SOCIAIS, AMBIENTE INSTITUCIONAL E CONTRIBUIÇÕES

Neste capítulo são apresentados os resultados da pesquisa e a sua discussão, iniciando pelo perfil socioeconômico das famílias de agricultores fornecedores ao PAA, seguida pelas ações relacionadas à operacionalização do PAA, e, por último, uma análise dos resultados obtidos a partir do referido programa.

6.1 Caracterização socioeconômica das famílias dos agricultores entrevistados

Nas entrevistas realizadas identificou-se que predominam propriedades com no máximo 20 ha, onde as com área até 10 ha são a grande maioria. Esta característica das propriedades rurais é confirmada pelo censo agropecuário de 2006, onde cerca de 2,7% dos estabelecimentos rurais tinham área inferior a 10 ha.

Quanto à forma de posse da terra destaca-se a forma por arrendamento, onde cinco famílias, representando 62,5%, sendo elas: Família 1, Família 3, Família 4, Família 5 e Família 6, são arrendatários. Este alto percentual está relacionado à migração dos proprietários das terras para as áreas urbanas onde as populações rurais buscaram trabalho, principalmente na indústria calçadista, subutilizando as propriedades rurais como forma de subsistência e de lazer, ou fracionando-as para arrendamento ou para o cultivo da acácia negra. Para Schneider (1996) a acaciocultura e a exploração das propriedades rurais a partir de outras atividades não agrícolas culminou na transformação das atividades agrícolas e da estrutura agrária na região, onde os agricultores passaram a exercer a agricultura em tempo parcial, pois os rendimentos passaram a ter outras origens, caracterizando a “pluriatividade da força de trabalho²” (p.12).

Sobre a condução das atividades nas propriedades, em todas as famílias entrevistadas o homem é o responsável, e a faixa etária média destes é de 44,88 anos; quanto à escolaridade, identificou-se que em cinco famílias, representando 62,5% dos entrevistados, os responsáveis concluíram o ensino fundamental, e destes, 37,5% formaram-se no ensino médio. Estes percentuais mostram uma

² A pluriatividade é um tema que aborda a formação da renda das famílias de agricultores, tanto por atividades agrícolas como não-agrícolas. Schneider (2003) apresenta estudo sobre este fenômeno na Região Sul, principalmente no RS e em SC.

evolução se comparados aos dados do censo agropecuário de 2006, que apontava 8% para o ensino fundamental completo.

O total de membros das famílias, na média, ficou em 2,75, destacando-se o fato da mão de obra familiar predominar nestas propriedades, enquanto a contratação foi identificada em duas propriedades, na Família2 e na Família8, e a forma utilizada é a temporária.

No que se refere à formação da renda, a agricultura é a principal fonte e o PAA tem representatividade média entre 20% e 40%. Para D'ávila e Roversi (2010, p.9) “a recuperação dos preços pagos aos agricultores está entre os benefícios indiretos do PAA [...]”. A complementação da renda é realizada a partir do PNAE³, Feira dos Agricultores de Sapiranga e vendas diretas. Este conjunto de canais de comercialização torna-se fundamental à reprodução econômica destas famílias à medida que amplia as possibilidades de negociação, não restringindo os agricultores aos mercados institucionais.

No caso da feira e das vendas diretas, ao ofertarem alimentos de melhor qualidade, os agricultores reforçam o vínculo com os consumidores, principalmente com aqueles que preferem alimentos saudáveis. Esta é uma estratégia de comercialização que se insere no que Maluf (2004) define como circuitos regionais de produção, distribuição e consumo, caracterizado pela sua formação no entorno de núcleos urbanos de diferentes dimensões do Brasil.

Em três famílias, sendo elas: Família 1, Família 3 e na Família 4 há pessoas trabalhando fora das propriedades, exercendo funções como professora, auxiliar de produção e servidor público municipal. Conforme Kageyama (2005, p.22) “a presença de domicílios pluriativos⁴ no meio rural gaúcho é um pouco mais alta que no Brasil como um todo, mas foi ligeiramente decrescente entre 1995 e 2003”.

O gráfico da Figura 2 evidencia por família entrevistada a representatividade do PAA na formação da renda, tendo como comparativo o número de membros de

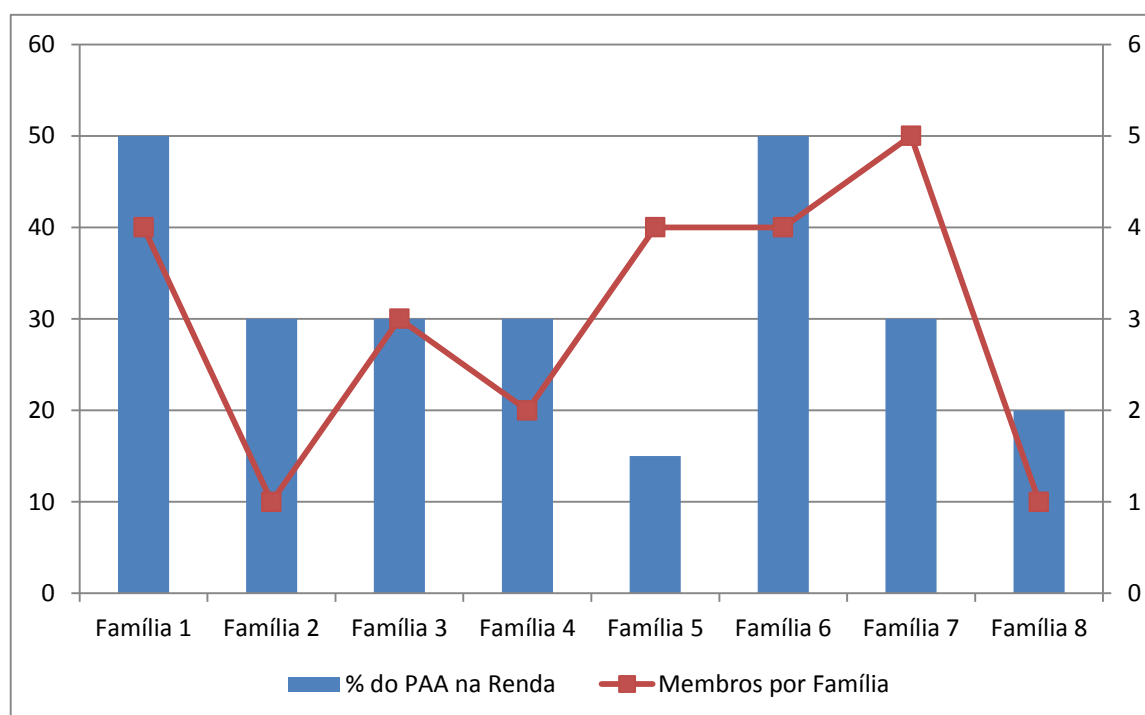
³ PNAE – É um programa do Governo Federal que transfere recursos financeiros aos municípios para atender a alimentação escolar de creches, pré-escolas e ensino fundamental. Ver mais em <http://www.fnnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>.

⁴ Domicílio pluriativo é aquele em que há pelo menos uma pessoa com ocupação principal agrícola no ano e pelo menos uma pessoa com ocupação principal em atividade não-agrícola no ano (KAGEYAMA, 2005).

cada família. Constatase que o PAA assume maior importância na formação da renda das famílias com maior número de membros, com exceção da Família 5, que utiliza outros canais de comercialização, como a Feira dos Agricultores (participa desde o início da feira, há 20 anos) e vendas diretas. No caso da Família 1 e Família 6 o PAA tem maior relevância na formação da renda, sendo que na Família 6 todos os membros trabalham integralmente na propriedade, enquanto na Família 1 os homens (3) trabalham na propriedade e a filha trabalha fora.

Conforme Abramovay (1999), no processo de migração das populações rurais, onde os jovens acabam sendo os mais atraídos, as mulheres jovens migram em maior número, indo trabalhar no setor de serviços, tanto em empresas como em domicílios. Esta condição migratória tem levado o meio rural ao predomínio masculino, que é apontado como a principal causa do seu declínio, juntamente com o envelhecimento destas populações.

Figura 2 – Representatividade do PAA na formação da renda das famílias entrevistadas e total de membros por família



Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

A Tabela 3 exibe o perfil socioeconômico das famílias dos agricultores entrevistados, tendo como ordenador da compilação dos dados o tamanho da área das propriedades, onde foram agrupados o número de famílias, total de pessoas, percentual de participação do PAA na renda, número de famílias que participa de outros programas e o número de pessoas com trabalho externo. Evidencia-se que mesmo o PAA tendo importante participação na composição da renda das famílias, a participação em outros programas é essencial para a garantia da reprodução destas famílias.

Tabela 3 – Perfil Socioeconômico das famílias entrevistadas

Área das Propriedades em hectares	Dados das Famílias						
	Nº de Famílias	%	Total de Pessoas	Média	Participação do PAA na Renda Familiar (Média)	Nº de Famílias partic. de outros programas	Nº de Pessoas com trabalho externo
Até 10	5	62,5	16	3,2	31%	5	1
De 11 até 20	2	25	5	2,5	40%	2	1
De 21 até 50	1	12,5	1	1	20%	1	-
Total	8	100	22	2,75		8	2

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

A olericultura⁵ destaca-se como a principal cultura das propriedades, tanto como forma de subsistência quanto para comercialização. Na Tabela 4 estão elencados os principais itens produzidos para o PAA no ano de 2010. Há um aspecto relevante quando comparados os tipos de produção entre as propriedades próximas ao centro urbano de Sapiranga e as distantes. Nas distantes, os agricultores realizam a criação de gado de leite e corte, de aves, suínos e a piscicultura, enquanto nas que estão na zona urbana ou periurbana isso não é comum, pois a proximidade com a cidade facilita a compra, ou em alguns casos, quando o agricultor abastece algum supermercado é feita uma negociação baseada na troca do valor dos produtos fornecidos pelos mantimentos necessários à família.

⁵ Olericultura - É a área da horticultura que abrange a exploração de hortaliças e que engloba culturas folhosas, raízes, bulbos, tubérculos, frutos diversos e partes comestíveis de plantas. Fonte: wikipédia, 2013.

Sobre esta situação o agricultor da Família 1 faz o seguinte relato: “entrego R\$ 800,00 por mês pro Mercado do [...]. Vou pegando o que preciso durante o mês, e no dia de fazê o acerto ele desconta da minha conta”.

Tabela 4 – Produção para o PAA no ano de 2010.

Produto	Quantidade	Valor Total
Abóbora	10.293 Kg	R\$ 7.719,75
Alface	8.803 Kg	R\$ 11.443,90
Alho	750 Kg	R\$ 2.880,00
Batata Doce	12.195 Kg	R\$ 9.390,15
Batata Inglesa	17.640 Kg	R\$ 15.523,20
Beterraba	14.343 Kg	R\$ 12.908,70
Brócolis	11.428 Kg	R\$ 13.713,60
Cebola	9.879 Kg	R\$ 8.891,10
Cenoura	9.009 kg	R\$ 9.639,63
Chuchu	3.115 kg	R\$ 2.678,90
Couve	1.620 Kg	R\$ 1.620,00
Couve Flor	6.874 Kg	R\$ 5.292,98
Doce de Fruta	3.375 Kg	R\$ 13.500,00
Espinafre	2.647 Kg	R\$ 3.996,97
Feijão	26.425 Kg	R\$ 50.207,50
Laranja	15.973 Kg	R\$ 9.743,53
Milho verde	17.640 Kg	R\$ 16.228,80
Pepino	3.268 Kg	R\$ 2.516,36
Pêssego	5.037 Kg	R\$ 8.059,20
Rabanete	7.017 Kg	R\$ 8.069,55
Repolho	15.768 Kg	R\$ 5.834,16
Tempero Verde	600 Kg	R\$ 1.800,00
Uva	3.812 Kg	R\$ 6.099,20
Total	207.511 Kg	R\$ 227.757, 18

Fonte: EMATER, 2013.

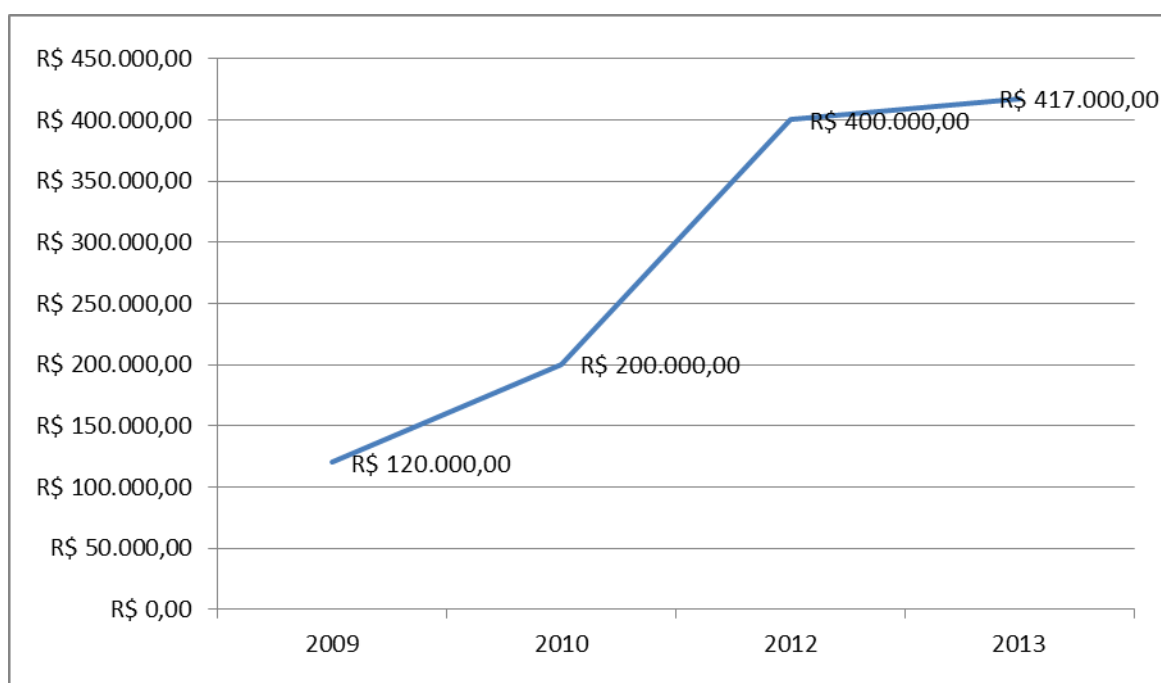
Adaptação: Autor.

6.2 O PAA no município de Saporanga

O PAA, modalidade Compra Direta, teve início com seu primeiro projeto encaminhado no ano de 2008 e executado em 2009, onde a EMATER atuou como órgão responsável pela divulgação. O projeto inicial contava com vinte e um agricultores familiares que formaram a COOPRAS, sendo que para participar dos projetos é necessário que o agricultor possua Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), viva no meio rural ou tenha 70% da renda familiar oriunda da agricultura. Todos os recursos financeiros destinados ao PAA são federais, totalizando até o presente momento R\$ 1.137.000,00, e o município, como contrapartida, é responsável pela parte operacional. O aumento destes recursos se deu a partir do crescimento do número de agricultores que foram aderindo ao programa e ao número de pessoas beneficiadas com a distribuição dos produtos. A Figura 3 ilustra a evolução dos recursos entre os anos de 2009 e 2013. Sobre o aumento do valor dos projetos entre 2010 e 2012 o secretário municipal da agricultura relata:

Era um projeto em andamento e a prefeitura enviou outro projeto. Era um via prefeitura e outro via cooperativa. Quando o projeto da prefeitura parou, alguns agricultores ficaram de fora, então o projeto teve que ser aumentado. Houve negociação com a CONAB.

Figura 3 – Recursos federais por ano ao PAA de Saporanga



Fonte: Secretaria da Agricultura de Saporanga, 2013.

Ainda conforme o secretário da agricultura do município, diversas ações relacionadas ao programa estão vinculadas à COOPRAS, entre elas a elaboração de projetos e assistência técnica. A EMATER é o único órgão público a prestar assistência técnica aos agricultores. Atualmente a cooperativa possui cerca de cento e quarenta cooperativados, que entregam 100% dos produtos do PAA. Nas entrevistas com os agricultores familiares, quando questionados sobre quais as vantagens e desvantagens de se fazer a entrega através da COOPRAS, todos os entrevistados responderam que só há vantagens, sendo o fortalecimento do grupo a mais indicada. Segundo o Engº. Agrônomo da EMATER, no início, os agricultores não foram favoráveis à formação da cooperativa, “tinham receio de entregar os produtos e receber depois”. À medida que os projetos foram sendo executados e os resultados começaram a aparecer (principalmente a garantia da compra, onde todos os entrevistados responderam ser esta a principal vantagem), novos membros foram aderindo ao PAA e associando-se à cooperativa.

O crescimento da COOPRAS tem exigido a estruturação da mesma, e por conta disto há um projeto para aquisição de caminhão refrigerado para a coleta dos alimentos nas propriedades, pois atualmente os agricultores levam os produtos até as centrais de entrega. A cooperativa pretende adquirir sede própria e uma câmara fria, assim poderá armazenar os produtos, garantindo a qualidade. O processamento dos produtos também é um dos objetivos a partir destes projetos, pois desta forma poderão abrir novos mercados e agregar valor à sua produção. Conforme Grisa et al (2009), esta inserção em novos mercados é fundamental para as famílias de agricultores, pois desta forma não ficam dependentes do PAA, que além de limitar o poder de compra, também apresenta problemas na parte operacional, principalmente ao atraso nos pagamentos.

O PAA além de ter contribuído na geração da renda das famílias de agricultores fornecedores, também fortaleceu suas interrelações e tem sido fundamental na questão da SAN, pois com o crescimento das atividades agrícolas de produção de alimentos, a acaciocultura teve a área de cultivo diminuída nas propriedades dos agricultores cadastrados no programa, modificando a matriz econômica rural em Sapiranga.

O crescimento da agricultura orgânica no município, através do manejo orgânico, está relacionado à implantação do PAA e aos critérios de classificação dos produtos. Do total de agricultores familiares entrevistados, quatro produzem de forma orgânica (Família 1, Família 2, Família 3 e Família 5), enquanto a Família 7 está em fase de transição. Esta mudança tem reflexo na qualidade dos alimentos, tanto para consumo das famílias de agricultores quanto para os consumidores destes produtos, e desta forma coopera com a sustentabilidade, com a saúde dos agricultores ao não necessitarem de agrotóxicos, com a diminuição dos custos dos sistemas de produção e melhor remuneração no momento da comercialização.

A Figura 4 mostra a produção orgânica na propriedade da Família 1, que é a maior produtora entre os fornecedores do PAA no município de Sapiranga. Numa área total de treze hectares, a olericultura é produzida em um hectare, e o agricultor também cria gado de corte e leite, suínos e aves, todos para consumo próprio. Além de servirem como alimento para subsistência, estes rebanhos têm a função de gerar esterco para a adubação dos canteiros.

Figura 4 – Produção orgânica na propriedade da Família 1



Foto: Reis, 2013.

A Figura 5 exibe o processamento dos alimentos produzidos pela Família 1. Este é realizado em um prédio específico para esta finalidade, e consiste na lavagem dos alimentos em caixas com água corrente tratada. Em seguida é feita a classificação e, conforme a variedade, são separados em molhos, quilos ou unidades. Este processamento mínimo é realizado para todos os canais com os quais este agricultor comercializa seus produtos (PAA, PNAE, vendas diretas e supermercados).

Figura 5 – Processamento dos Produtos na propriedade da Família 1



Foto: Reis, 2013.

Quanto à participação em outros programas, todos os agricultores familiares entrevistados responderam que participam, e o PNAE foi o único indicado. A participação neste programa cresceu a partir da percepção dos agricultores participantes do PAA de que o mercado institucional é um canal de comercialização interessante do ponto de vista financeiro. Conforme o agricultor da Família 2 relata, “a entrega pra merenda escolar dá um retorno bom, mas o PAA é melhor”. Além deste programa os agricultores buscam a complementação da renda através da

Feira dos Agricultores (12,5%), vendas diretas (100%) e abastecimento de supermercados (75%), principalmente nos períodos de intervalo entre os contratos do PAA, que em média duram quatro meses.

Conforme os entrevistados, as vendas diretas e o abastecimento de supermercados cresceram a partir da mudança do tipo de produto que eles cultivam e pela forma do manejo. Estas são consequências do PAA. Do grupo de agricultores entrevistados, 87,5% participam desde o primeiro projeto, e de maneira geral todos estão satisfeitos com os resultados. Alguns relataram que às vezes os preços pagos são baixos, mas também há épocas que é maior que o preço de mercado, compensando as perdas. Sobre alguma sugestão para melhorias do programa, 100% dos entrevistados responderam que a CONAB deveria ampliar o quadro de funcionários, que são no mesmo número desde o início do programa, no âmbito estadual, e este é um fator que acaba interferindo no prazo para o recebimento dos valores.

6.3 Resultados socioeconômicos

Os resultados identificados por este estudo a partir da implantação do PAA em Sapiranga podem ser analisados pelo viés econômico e social. Economicamente o programa tem grande relevância na formação da renda das famílias de agricultores fornecedores, não só pela garantia de aquisição oferecida pelo mercado institucional do qual o PAA faz parte, mas também pelo aumento das vendas em outros canais de comercialização, como o PNAE, vendas diretas e o abastecimento de restaurantes e supermercados.

Analisando o caso de Sapiranga é importante ressaltar que os mercados institucionais podem funcionar não apenas como simples compradores da produção, mas também como incentivadores ao desenvolvimento das atividades dos seus fornecedores. Dos oito agricultores entrevistados, três aumentaram a área plantada desde o início do programa no município, levando ao aumento da produção e, por conseguinte, à maior oferta de produtos, refletindo diretamente na renda. Outros aspectos importantes dentro do contexto econômico e que estão vinculados à renda das famílias dos agricultores fornecedores se refere à agricultura orgânica, à disponibilidade da produção para o consumo das famílias dos agricultores e a troca de sementes. No primeiro caso, os produtos podem ter o preço aumentado em até

30%, enquanto o segundo caso contribui a partir do momento em que não se faz necessário o gasto financeiro para adquirir os alimentos produzidos nas propriedades. Na troca de sementes os reflexos financeiros demoram mais a aparecer em função da necessidade da reprodução das espécies cultivadas.

No contexto social, os resultados identificados mostram que as ações em torno da SAN foram fortalecidas. Atualmente cerca de 500 famílias estão cadastradas para receberem cestas básicas compostas por produtos oriundos do PAA, totalizando 30.000 Kg/ano. Os participantes beneficiados com as doações recebem esclarecimento sobre a PAA, como funciona e qual sua finalidade. Conforme relato em um participante, “o programa é muito bom. Proporciona uma vida melhor para muita gente. Posso afirmar que o PAA tirou muitas pessoas da miséria e fome. Além disso, o programa nos traz uma alimentação saudável.” A distribuição é realizada por três entidades locais, a saber: Associação dos Moradores do Loteamento São Francisco; Associação Colheita; e Terapêutica Ferrabraz. A Figura 6 mostra a reunião em um bairro de Sapiranga onde houve o recadastramento das famílias beneficiadas.

Figura 6 – Reunião para recadastramento das famílias no PAA



Foto: Laux, 2012.

O autoconsumo dos alimentos produzidos pelas famílias também foi identificado durante as entrevistas, mas não sendo esta uma unanimidade, pois em algumas famílias, principalmente as que se localizam próximas da região urbana, o consumo de alimentos industrializados é mais freqüente.

Seguindo no contexto social, vale destacar as transformações ocorridas a partir da COOPRAS. Esta corporação organiza os agricultores enquanto grupo, de forma a atingirem às suas demandas. Há uma combinação das relações sociais com as relações de trabalho. Ações como a definição das variedades que devem ser cultivadas para serem entregues aos dois programas institucionais são debatidas nas reuniões da cooperativa, que ocorrem de duas a três vezes por ano. As potencialidades desenvolvidas pelo grupo dos cooperativados, como a troca de experiências no manejo orgânico, o debate sobre os preços pagos pelo PAA estão diretamente ligadas à COOPRAS. Para Ribeiro (2004) o trabalho cooperativo é fundamentado em ações de solidariedade, e isto leva ao fortalecimento das relações sociais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O termo agricultura familiar traz consigo uma série de significados, estando entre eles à reprodução familiar, produção de alimentos, combate à insegurança alimentar, diminuição da pobreza e preservação do meioambiente. Além disso, contribui com a preservação de laços sociais e de reciprocidade, característicos das localidades onde esta agricultura se desenvolve, pois faz prevalecer os interesses coletivos, alcançados através da ajuda mútua, como por exemplo, a troca de alimentos e sementes.

Este trabalho buscou identificar como o PAA tem contribuído para o desenvolvimento da agricultura familiar no município de Saporanga, pois o Governo Federal tem criado mecanismos públicos de apoio a estas populações, atendendo a antigas reivindicações, e no caso de Saporanga, este programa tem sido um referencial pela dinamização do meio rural, organizando a produção, abrindo outros canais de comercialização, gerando renda, estimulando o cooperativismo e fortalecendo a identidade cultural.

Durante o curso PLAGEDER, nas diversas tarefas realizadas, seja por pesquisa bibliográfica ou nas saídas a campo, constatou-se, principalmente nas propriedades visitadas, que os agricultores familiares participantes do programa estão satisfeitos com os resultados obtidos. Há casos de agricultores que após vários anos trabalhando em outras atividades retornaram para o meio rural em função das garantias oferecidas pelo PAA.

Os estudos realizados mostram que mesmo em uma cidade industrializada, onde o setor urbano cresce em direção à zona rural, a agricultura familiar pode ser exercida e apresentar resultados positivos. O PAA além de contribuir para a geração de renda e com a SAN, proporcionando alimentos de qualidade, também valoriza os agricultores familiares enquanto trabalhadores, pois estes, ao terem certeza do recebimento da produção comercializada, podem garantir o sustento de suas famílias, o que lhes incentiva a continuarem na atividade. Este axioma é comprovado a partir de dois fatores: primeiro, o número de associados na COOPRAS, que desde a sua fundação teve seu quadro de cooperativados aumentado em cento e dezenove agricultores familiares, crescimento de 670%;

segundo, o aumento na ordem de 347,5% dos recursos federais destinados ao programa no município desde o seu início.

Outro aspecto importante neste processo diz respeito ao fortalecimento das relações entre os agricultores familiares a partir da formação cooperativa. Esta ação tem mostrado que a união destes atores sociais é fundamental ao êxito de suas aspirações, e isso explica o crescimento da COOPRAS. A participação do grupo como fornecedores ao PNAE está vinculada diretamente a cooperativa. O planejamento estratégico elaborado por esta entidade revela que seus planos de crescimento almejam ir além da comercialização via mercado institucional. O projeto de aquisição da sede, onde será feito o processamento e refrigeração dos alimentos, se executado, poderá potencializar ainda mais a agricultura familiar em Saporanga, tendo reflexos a jusante das propriedades como a montante.

De maneira alguma este trabalho pretende afirmar que o PAA é a solução definitiva para a agricultura familiar. As pesquisas realizadas em Saporanga mostram que o programa pode contribuir muito para o desenvolvimento destas populações e dos grupos que são beneficiados com as doações, mas se faz necessária a participação dos diversos elos da sociedade local.

Foram identificadas como principais contribuições a garantia e o aumento da renda, que se dá pelas aquisições do programa e pela abertura e crescimento em outros mercados; a organização produtiva das propriedades, assim como o fortalecimento da agricultura orgânica e da SAN e a potencialização do trabalho cooperativado. Isto mostra que a agricultura familiar tem a capacidade, quando estimulada e respeitada nas suas peculiaridades, de adaptar-se às realidades e apresentar resultados interessantes.

O estudo também mostra que políticas públicas direcionadas e que contemplem as regionalidades podem ter seus recursos bem aplicados se operacionalizadas de forma eficiente, e são fundamentais para a inclusão social, ou seja, ambiente institucional e sociedade combinando forças para atingir um objetivo comum. No caso específico de Saporanga o poder público municipal tem atuado de forma proativa a partir de ações de incentivo e apoio aos agricultores familiares. Este modelo de ação é fundamental, pois mostra que não basta apenas criar uma política de desenvolvimento em âmbito nacional, é preciso que esta seja acessada e

viabilizada através mecanismos de instância local. Mas isso não exime o PAA de críticas. O seu aperfeiçoamento se faz necessário à medida que os entrevistados apontaram algumas falhas, como a demora no pagamento e a falta de fiscalização das famílias que recebem as doações, pois no modelo atual não há como comprovar se o que é doado realmente é consumido. É preciso que o poder público crie canais onde possam ser recebidas e analisadas as impressões dos agricultores familiares, pois a evolução e qualificação do PAA não passa apenas pelos valores liberados, quantidades entregues e população beneficiada com as doações, mas também pelo que é percebido por quem produz os alimentos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Agricultura Familiar e desenvolvimento territorial*. In: REFORMA AGRÁRIA: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. vols. 28 n. 1, 2, 3. e 29 n. 1, jan/dez 1998 e jan/ago 1999.
- ALMEIDA, Jalcione (Org.). *A Modernização da Agricultura*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010. (Educação a Distância, DERAD 14).
- BALSAN, Rosane. *Impactos Decorrentes da Modernização da Agricultura Brasileira*. In: CAMPO-TERRITÓRIO: revista de Geografia Agrária. v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.
- BECKER, Claudio; COSTA, Lisiane Centeno; SACCO DOS ANJOS, Flavio. *Consumo Social e Mercado Institucional: A Agricultura Familiar Frente aos Mercados de Qualidade*. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/enpos/2011/anais/pdf/CA/CA_00247.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2013.
- COELHO-DE-SOUZA, Gabriela (Org.). *Transformações no Espaço Rural*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011. (Educação a Distância, DERAD 25).
- CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo Rural Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 anos*. Rio de Janeiro, IPEA, 1999. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0621.pdf>. Acesso em 27 de fev. 2013.
- CARTONI, Daniela M. *Metodologia da Pesquisa Científica*. Disponível em: <files.danicartoni.webnod.com>. Acesso em: 25 abr 2013.
- CONTERATO, Marcelo Antonio; FILLIPI, Eduardo Ernesto. *Teorias do Desenvolvimento*. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2009. (Educação a Distância, DERAD 03).
- CONTI, Irio Luiz. *Segurança Alimentar e Nutricional: Noções Básicas*. Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier – IFIBE, 2009.
- COSTA, Christiane; PASQUAL, Mariana. *Participação e Políticas Públicas na Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil*. Disponível em: <<http://direitoacidade.org.br/utilitarios/editor2.0/UserFiles/File/Participa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20na%20SAN%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2013.
- D'AVILA, Claudia Romeiro; ROVERSI, Mariana Menezes Santarelli. *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)*. 2010. Disponível em: <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/pluginfile.php/551760/mod_resource/content/0/Davila_C._Programa_Aquisicao_Alimentos.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2013.
- FEE. *Fundação de Economia e Estatística*. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Sapiranga>. Acesso em: 04 abr 2013.
- FLECK, Lucio. *A História de Sapiranga*. Porto Alegre: Pallotti, 1994.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2009. (Educação a Distância, DERAD 05).

GRISA, Catia; SCHMITT, Claudia Job; MATTEI, Lauro Francisco; MALUF; Renato Sergio; LEITE, Sergio Pereira. *O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: Apontamentos e questões para o debate*. 2009. Disponível em: <http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/Pesquisa_AABR-OPPA_TEXTO_PAA_versao_livro.pdf>. Acesso em: 19 mai 2013.

KAGEYAMA, Angela. *Desenvolvimento Rural: Conceito e Medida*. Caderno de Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

KAGEYAMA, Angela. *Desenvolvimento Rural No Rio Grande do Sul*. In: Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural do GEPAD. 1., 2005, Porto Alegre. Disponível em: < <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=9178>>. Acesso em: 04 jun 2013.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 01 abril 2013.

MDA. *Segurança Alimentar*. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/entenda-o-paa/grupo-gestor>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

MALUF, Renato S. *Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais*. Ensaio FEE. Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco. *Caderno 'Segurança Alimentar'*. 2000. Disponível em: <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/pluginfile.php/551778/mod_resource/content/0/Maluf_Menezes_2000_por_1_.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2013.

MENEGHETTI, Gilmar Antônio. *Desenvolvimento, Sustentabilidade e Agricultura Familiar*. s/d. Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=9178>>. Acesso em: 21 abr 2013.

MÜLLER, Ana Luiza; FIALHO, Marco Antônio Verardi; SCHNEIDER, Sergio. *A Inovação Institucional e a Atuação dos Atores Locais na Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Sul*. 2007. Disponível em: <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/pluginfile.php/551786/mod_resource/content/0/Schneider_2007_paa.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2013.

NETTO, Carlos Guilherme Adalberto Mielitz; MELO, Manoel de; MAIA, Cláudio Machado. *Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010. (Educação a Distância, DERAD 12).

PAULILLO, Luiz Fernando; ALMEIDA, Luiz Manoel de. *Redes de segurança alimentar e agricultura familiar: a merenda escolar como instrumento de desenvolvimento local*. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 12(1): p. 26-44, 2005.

RIBEIRO, Marlene. *Organizações cooperativas de agricultores e educação escolar: desafios de uma educação cooperativa*. Perspectiva. Florianópolis, v. 22, n. 01, p. 167-169, jan./jun. 2004.

RODRIGUES, Mirian Coimbra. *Segurança Alimentar e Nutricional Através da Agricultura Familiar: O PAA em São Lourenço do Sul*. 2011. 60 f. Monografia (Tecnólogo em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SANTOS, Francis de. *Perspectiva para Soberania Alimentar Brasileira*. 2009. Disponível

em: <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/pluginfile.php/551780/mod_resource/content/0/Santos_F._2009_PERSPECTIVA_PARA_SOBERANIA_ALIMENTAR_BRASILEIRA.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2013.

SCHIMITT, Cláudia Job; GUIMARÃES, Leandro Alonso. *O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica*. Revista Agriculturas. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, jun. 2008. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Agriculturas_v5n2.pdf>. Acesso em 21 mar. 2013.

SCHNEIDER, Sergio. *A Economia Política dos Estudos sobre Desenvolvimento Rural no Brasil*. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 46., 2008, Rio Branco. Anais... SOBER, 2008. p. 4-16.

SCHNEIDER, Sergio. *Os colonos da indústria calçadista: a expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul*. REVISTA ENSAIOS FEE, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 298-323, 1996.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. *Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção*. Saúde Soc. São Paulo, São Paulo, v.19 n.4, p. 933-945, 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareh Baudel. *Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro*. In: Encontro Anual da ANPOCS, 20., 1996, Caxambú. Anais... Processos Sociais Agrários, 1996. P. 3-14.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM FAMÍLIAS DE AGRICULTORES FORNECEDORES DE PRODUTOS PAA

1 – Identificação do Produtor(a):

Localidade da Propriedade:

Escolaridade () – 1 – Ensino Fundamental Completo;

2 – Ensino Fundamental Incompleto;

3 – Ensino Médio Completo;

4 – Ensino Médio Incompleto;

5 – Superior Completo;

6 – Superior Incompleto;

7 – Não Estudou;

Tipo de Produtor () – 1 – Agricultor;

2 – Pescador;

3 – Prod. Beneficiador;

2 – Participa da Cooperativa?

() – 1 – Sim – 2 - Não

3 – Dados da Propriedade:

Tipo de Posse () - 1 – Proprietário; 2 – Arrendatário; 3 – Outros;

Tamanho da Propriedade (): 1 – até 10 ha; 2 – de 11 a 20 ha; 3 - de 21 a 50 ha;

Forma de Manejo () - 1 – Convencional; 2 – Orgânico; 3 – Transição;

4 - N° de Pessoas que compõem a família:

5 – Quantas pessoas da família trabalham na propriedade?

6 – A produção agrícola é a principal fonte de renda?

() – 1 – Sim – 2 – Não

7 – Algum familiar trabalha fora da propriedade?

() – 1 – Sim – 2 – Não

Quantos?

8 – A propriedade possui mão de obra contratada?

() – 1 – Sim – 2 – Não

Quantos?

Forma de Contratação: () – 1 – Permanente – 2 - Temporária

9 – Tipos de Produção:

- | | |
|--------------------------|---------------|
| () – Legumes/Verduras | () – Peixes |
| () – Leite | () – Bovinos |
| () – Suínos | () – Aves |
| () – Frutas | () – Mel |
| () – Sucos concentrados | |

10 – Há quanto tempo a família participa do PAA?

11 – Além do PAA, participas de outro programa?

() – 1 – Sim – 2 – Não

Qual?

11 – Produtos fornecidos ao PAA:

- | | |
|-------------------------------|----------------------|
| () – Legumes/Verduras | () – Carne de Peixe |
| () – Leite e derivados | () – Carne Bovina |
| () – Carne Suína e embutidos | () – Aves |
| () – Frutas | () – Mel |
| () – Sucos concentrados | |

12 – O que você pensa do preço pago pelos produtos fornecidos ao PAA?

13 – Vocês também comercializam seus produtos fora do PAA?

14 – Do total da renda provinda da comercialização dos produtos da produção familiar, o PAA contribui com quantos por cento?

15) Quais são as vantagens e desvantagens de produzir e comercializar para o PAA?

16) Falem um pouco mais das dificuldades de vocês em todo processo de operacionalização do PAA? Onde elas se localizam mais fortemente?

16) A entrega dos produtos ao PAA é feita individualmente ou em cooperativa, ou grupo ou associação? Comentem as vantagens de uma ou outra modalidade dessas.

17) Como vocês avaliam os critérios e requisitos exigidos pela legislação para produzir e comercializar para o PAA?

18) Vocês contam com assistência técnica e orientação por parte do poder público municipal? Qual?

19) Que sugestões vocês dariam para melhorar a implantação do PAA?

APÊNDICE II - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM INSTITUIÇÕES DE APOIO E SUPORTE AO PAA (EMATER, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)

- 1 - Como foi divulgado o PAA no município?
- 2 - Como foi feito o processo de seleção dos agricultores fornecedores ao PAA?
- 3 - Houve estímulo à formação de associações ou cooperativas?
- 4 - Atualmente: quantos por cento dos produtos vem de associações/cooperativas e quantos por cento vem de produtores individuais?
- 5 - Qual é o volume aproximado de produção que hoje é distribuído anualmente pelo PAA no município?
- 6 - Qual é o total de recursos federais investidos na compra dos alimentos para o PAA anualmente?
- 7 - Quais são as contrapartidas do município no PAA?
- 8 - Como é feita a assistência técnica e organizativa aos agricultores?
- 9 - Como são selecionadas as organizações e entidades receptoras dos produtos?
- 10 - E como é feita a logística de coleta e distribuição dos produtos?
- 11 - Como é realizado o controle de qualidade dos produtos?
- 12 - Como se relacionam os serviços de assistência técnica e suporte ao PAA com os demais serviços que o município presta ao conjunto dos agricultores familiares?
- 13 - O município e/ou as entidades têm alguma estratégia de potencializar a produção e comercialização da agricultura familiar para além do PAA? Como se dá isso?
- 14 - Percebe-se algum diferencial na produção agrícola e alimentar a partir da introdução do PAA no município? Se sim, como isto se manifesta?

15 - O PAA ajuda, de fato, a incrementar a segurança alimentar e nutricional da população pobre do município? Este volume de produtos do PAA é expressivo para amenizar a insegurança alimentar no município?

16 - Qual o número de pessoas que recebem os produtos fornecidos pelo PAA?

17 - Qual o número de entidades que participam das ações voltadas à SAN?

18 – No período que antecedeu a implantação do PAA, quais eram as ações voltadas à SAN?

19 - Quais são as principais vantagens e as principais dificuldades relacionadas à implementação do PAA no município?

20 - Que sugestões vocês dariam para melhorar a implantação do PAA no município?